

FUNCIONÁRIOS

Reitoria insiste em descontar dias parados

"O desconto dos dias parados é político, sim. Assim como reconhecemos o direito dos trabalhadores de fazer greve, temos o direito de descontar os dias de paralisação". Essa frase do professor Guilherme Simões, chefe de gabinete da Reitoria, justificou a proposta da direção da universidade para o desconto dos dias não trabalhados durante a greve de 2004.

Pronunciada numa reunião com a AFAPUC, em 4/10, a frase veio inicialmente em caráter pessoal, mas logo depois foi assumida por membros da equipe. Antes dessa reunião, a Reitoria afirmava que o desconto dos dias parados não envolvia questões políticas, punitivas ou financeiras.

Após várias discussões, a Reitoria reconheceu que seria impossível repor 160 horas (20 dias de paralisação). Tendo em vista que, em alguns casos, o valor do desconto pode superar um mês de salário (incluindo férias e 13.º), foi oferecida a possibilidade de os funcionários reporem 40% do total de dias parados e terem os outros 60% descontados em três parce-

las na folha de pagamento.

Segundo os números apresentados pelas chefias à Reitoria, 158 funcionários seriam vitimados pela medida. A diretoria da AFAPUC tentou por todos os meios demover a direção da universidade de sua atitude, mas a Reitoria foi irredutível, e insistiu nos descontos, alegando prejuízos causados à universidade pela paralisação.

Assembléia

A forma de descontar os dias parados apresentada pela Reitoria não chegou a ser votada pela assembléia de 5/10: em assembléia anterior, os funcionários já haviam se recusado a aceitar quaisquer descontos em relação à greve de 2004.

No entanto, foi aprovado o encaminhamento de um recurso ao Conselho Universitário (Consun), questionando a decisão da Reitoria. O recurso não será tema do conselho antes de 26/10, data da próxima reunião ordinária.

Apesar de a Reitoria ter anunciado os descontos, a greve de 2004 continua tramitando na Justiça. Depois de o processo ter sido arquivado sem julgamento do mérito, a AFAPUC questionou a decisão, com pedido de embargos declaratórios. Espera-se que a resposta seja divulgada até o fim desta semana. Depois disso, ainda cabe à associação requerer medida cautelar contra a Reitoria e, em última instância, um recurso ao Supremo Tribunal Federal – que pode demorar vários anos para ser julgado.

Na assembléia, o presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, apontou a incoerência que o desconto dos dias parados revela nas atitudes da Reitoria: por um lado, Maura alega que não pagará o reajuste de 2005 (7,66%) enquanto não houver decisão definitiva da Justiça sobre o caso. O trâmite judicial da greve de 2004 também não chegou ao fim mas, nesse caso – que prejudica os funcionários – a decisão da Reitoria já foi tomada.



FOTOS DE LEANDRO DIVERA

O presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva apresenta o Plano de Demissão Voluntária aos funcionários (esq), enquanto Maria Bernardete Maciel, representante dos funcionários no Consun, encaminha a discussão dos dias parados no conselho (dir).

Onde estão as raízes da violência

O plebiscito sobre a venda e compra de armas foi concebido para obscurecer a fonte da violência e apresentar uma falsa solução. A campanha de desarmamento e da paz está carregada de cinismo governamental. E os defensores do direito ao armamento legal e individual – a indústria de armas – aproveitam para exigir que o Estado policie ainda mais a sociedade.

A propaganda do sim e do não é feita sob a ótica da publicidade chorosa e sentimental. O véu da hipocrisia entra nos lares e envolve as famílias trabalhadoras como um bálsamo democrático. Os do SIM querem que a população sofrida e acuada pela brutalidade da crise social acredite que a solução ou parte dela está em suas mãos. Os do NÃO querem que se acredite que com a arma se está defendendo o patrimônio e a vida. Não há nenhuma seriedade nesse jogo de cena.

Onde estão as raízes da violência?

Estão na sociedade de classe, na forma capitalista de produção e distribuição dos bens. Estão na propriedade privada dos meios de produção. Daí advêm o salário mínimo de 300 reais, o crescente exército de desempregados crônicos, uma multidão de jovens desvinculados da produção social, enfim, a miséria e a fome. Nesse mar, as águas não podem caminhar pacificamente.

A violência começa pela destruição da capacidade produtiva de milhões e pelo uso da capacidade de milhões para crescer o capital. Essa violência gera um Estado policial, que não faz senão manter a fonte geradora da violência.

No dia 30 de setembro, os sapateiros do Vale dos Sinos (RS) em greve ganharam as ruas de Sapiranga contra o desemprego. O protesto foi golpeado pela repressão militar, que acabou assassinando o diretor do sindicato dos sapateiros, Jair Antônio da Costa. Os metalúrgicos do ABC, em particular os da Volks, estão paralisados exigindo o reajuste da PLR. A greve da fábrica de São Bernardo já dura uma semana.

Os bancários realizam uma greve nacional. Os primeiros dias de greve foram marcados pela violência policial.

No Estado de São Paulo, o governador Alckmin e o prefeito Serra têm ampliado a ofensiva de corte de recursos à educação e eliminação de conquistas do Plano de Carreira. Os trabalhadores da educação e estudantes iniciaram as lutas. O movimento ganhou força com a ação dos estudantes que ocuparam a Assembléia Legislativa e realizaram manifestações de rua. O governo agiu de forma truculenta, tropa de choque, bombas, prisões etc.

Nem bem terminou a greve da USP, os professores da rede estadual realizaram uma manifestação gigantesca (cerca de 30 mil, e não 8 mil, como foi noticiado) contra a imposição de uma Lei que demite 129 mil contratados e institui contrato ainda mais precarizado de trabalho. Diante da disposição de greve, o governo retirou temporariamente o projeto de lei. Ou então teria de partir para a violência policial.

É nesse quadro social que se realizará o plebiscito da paz.

O correto seria os sindicatos, movimentos e correntes políticas identificadas com a vida dos oprimidos fazerem uma grande manifestação no dia 23 de outubro para exigir emprego, salário mínimo real, saúde, educação, moradia e terra aos pobres do campo. Isso sim seria verdadeiro e um sério começo para combater a violência capitalista.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

APROPUC se pronuncia sobre o movimento nas estaduais

Os professores da rede estadual realizaram uma manifestação gigantesca contra a imposição de uma Lei que demite 129 mil contratados e institui contrato ainda mais precarizado de trabalho.

O impedimento dos professores não concursados de serem recontratados depois de um ano de trabalho e a exigência de permanecerem fora da rede pública por dois anos, para só assim poderem ser novamente contratados por mais um ano, é uma medida de barbárie. Elimina o direito ao trabalho e o valor da Universidade, que faculta a profissão do magistério. Uma medida como essa, se implantada, leva também à destruição dos cursos de formação de professores.

Reagindo a essa “loucura”, milhares de professores estaduais ganharam as ruas e exigiram a retirada do projeto. Diante da disposição de greve, o governo suspendeu temporariamente o projeto de lei.

Mas a vitória do movimento dependerá da mobilização não só dos professores, mas de toda a Universidade. É preciso defender o trabalho do professor e de todas as áreas da economia. Medidas neoliberais como essas mostram que atravessamos uma época de reação, retrocesso e obscurantismo. A APROPUC se solidariza com os professores estaduais. Abaixo o projeto destruidor da Educação!

Contra a tortura e a opressão política em Rondônia

No dia 11 de agosto, estudantes, professores e trabalhadores saíram às ruas de Rondônia para protestar contra a privatização e a falta de condições elementares de ensino. O movimento foi duramente reprimido pela polícia, e suas lideranças foram presas, espancadas e conduzidas à delegacia. Foi aberto um processo criminal contra Maysa, militante do Movimento Negro, Manoel, do Movimento Camponês, e Graça Araújo, do movimento dos professores.

A APROPUC, assim como a

Apeoesp, vem manifestar seu repúdio às prisões destes trabalhadores do movimento social, entendendo que a defesa da educação pública em todos os níveis e as melhorias nas condições de ensino são democráticas. Daí a justiça da mobilização ocorrida no dia 11 de agosto. Por isso, exigimos que o governo e a Justiça retirem imediatamente os processos que recaem sobre os lutadores Maysa, Manoel e Graça.

Nenhuma punição, nenhum processo contra os trabalhadores.

Defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Apropuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCViva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jomal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Movimento de Letras ganha força com apoio de entidades

A paralisação dos estudantes de Letras na quinta-feira, 6/10, mostrou que eles não estão sozinhos na luta contra a reforma curricular do curso. Em um ato político no Pátio do Benevides, representantes da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), APROPUC, Conlute, CACS, entre outros, manifestaram apoio à resistência dos alunos em aceitar uma reforma que qualificam como tecnicista e imposta de forma antidemocrática.

Cerca de 80 alunos participaram do protesto. Representando a gestão do CA de Letras, o estudante Daniel Chagas disse considerar o movimento contra a reforma vitorioso, pois já conquistou avanços, como a diminuição das aulas on-line que a reforma propõe (de 20% para 9%).

A professora Ana Maria Estevão, diretora regional da Andes-SN, traçou um histórico das reformas universitárias implantadas no Brasil. Segundo ela, a reforma defendida pelo governo atual tem origem no Banco Mundial, que vê no ensino um filão para a iniciativa privada. Ana Maria afirmou que a Andes está preparando um documento de apoio à reivindicação dos estudantes de Letras.

A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, afirmou ser fundamental a postura crítica dos alunos, buscando construir ativamente o conhecimento. Para ela, uma proposta de reforma curricular seria representativa se, de fato, materializasse as necessidades das pessoas envolvidas, reconhecendo que os estudantes são sujeitos importantes no processo. Após a Lei de Diretrizes e Bases, explicou Priscilla, o ensino superior tem tomado uma direção que não interessa à maioria da população, pois permite que a Educação transforme-se em um grande negócio. Diante de um projeto com conteúdo tecnicista, caberia aos alunos entender esta lógica, para poder propor uma pers-



A professora Leila Aguiar ministra uma aula pública sobre literatura brasileira (dir), tendo ao lado o representante do CA Clarice Lispector, Daniel Chagas

pectiva diferente. A professora citou como exemplo disso a defesa da Literatura no curso, que vem sendo feita pelos alunos.

Já o representante da Conlute, Júnior de Oliveira, apontou a semelhança da reforma curricular de Letras com um documento interministerial do Governo Lula. O documento diz que, com a aplicação de técnicas avançadas

de ensino não presencial (aulas on-line) e o aumento da relação aluno/professor nas salas de aula (salas superlotadas) é possível modernizar o ensino – exatamente o que propõe a reforma do curso de letras.

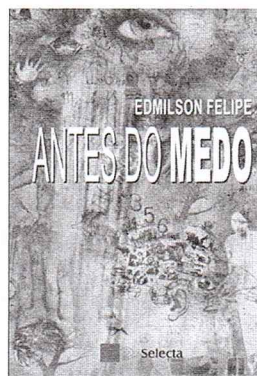
Após as intervenções políticas, a professora Leila Aguiar, da PUC, apresentou uma aula pública sobre a literatura brasileira.

LANÇAMENTO

Em novo livro, professor une antropologia e poesia

O professor Edmilson Felipe, do Departamento de Antropologia, lança na próxima semana seu segundo livro, *Antes do medo*. O evento acontece na quinta-feira, 20/10, às 19h, na Livraria Cortez (Rua Bartira 317).

Com a nova publicação, Edmilson propõe unir sua produção científica, no campo da Antropologia, à criação poética. No prefácio, o professor Edgar de Assis Carvalho comenta: “poesia é imaginação criadora. Sua função é abrir janelas para o mundo, criar cosmos imaginários, reforçar o luxo da solidão, ampliar a antropológica, quebrar paradigmas que só pensam em



separar, dividir, fragmentar. É claro que existem diferenças entre um texto teórico e um poético, o primeiro preocupado com certezas e regularidades, o segundo voltado para as emanções da alma e as incertezas da vida”.

Antes do medo dá continuidade a uma trilogia iniciada com a primeira publicação do autor, *O susto do Sapiens*. Já premiado em concursos literários, o professor deve concluir o projeto abordando, no terceiro volume, o tema do riso.

O livro também será lançado no sarau Sopa de Letrinhas, no Clube Caiubi (Rua Caiubi, 420), no dia 28/10, a partir das 21h.

Juntos, três segmentos iniciam ações contra Reitoria

Criar na Prinha um painel de denúncia e análise da situação da PUC; agendar um debate aberto sobre a reforma administrativa; publicar uma edição especial da Revista *PUCviva* com artigos de funcionários, professores e estudantes. Essas são as primeiras ações articuladas pelo Fórum Permanente dos três segmentos, em reunião na quarta-feira, 5/10.

Com cerca de 30 participantes no total, o encontro trouxe à tona um grave diagnóstico da conjuntura puquiiana: entre os funcionários, há o receio de posicionar-se publicamente. Os professores estão na mira dos “ajustes” da Reitoria, que devem chegar em janeiro, período em que a PUC estará vazia por causa das férias. Além disso, avaliou-se que os conselhos superiores – espaços institucionais em que as políticas da Reitoria poderiam ser revistas – estão, de certa

maneira, engessados numa dinâmica que tem trazido pouca resistência ao que vem sendo feito pela gestão de Maura Vêras. “Os conselhos tornaram-se meramente informativos”, comentou o diretor da AFAPUC Francisco Cristóvão.

“Precisamos trazer a mobilização para o cotidiano da universidade”, defendeu o estudante Rodrigo de Souza, da História. O painel, a revista e o debate sobre a reforma administrativa procurarão seguir essa linha, com o objetivo de construir uma assembléia conjunta dos três segmentos e apresentar outros rumos para a PUC.

AFAPUC e APROPUC realizaram uma reunião ampliada com pro-



LEANDRO DIVERA

A reunião do Fórum Permanente, na quarta-feira, 5/10

fessores e funcionários na quinta-feira, 6/10. O Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) reúne-se nesta segunda-feira, 10/10, e uma nova sessão do Fórum Permanente ficou marcada para 11/10, às 18h, na sede da APROPUC.

FALA COMUNIDADE

Desarmamento: vote 1 - vote NÃO

Ricardo de Castro

Não tenho arma nem pretendo ter, mas não me sentiria bem em viver em um país onde só a polícia, que é ineficiente, e os ladrões, as tivessem. Primeiro, é preciso deixar claro que a Campanha do Desarmamento não irá desarmar nenhum bandido. Os bandidos têm armas ILEGAIS, e não se importarão de forma alguma em continuar com suas armas. Só será mais tranquilo para eles, que não terão nenhuma dúvida em invadir a minha ou a sua casa, pois terão certeza de que nela não há nenhuma pessoa armada para causar alguma dificuldade a eles.

Eu votaria no SIM se vivesse em uma sociedade onde a polícia fosse, de fato muito eficiente, onde tivéssemos um posto policial próximo em todas as cidades, onde eu, quando precisasse de uma viatura policial, fosse atendido imediatamente. Mas todos sabemos a realidade não é essa. Os serviços que nos protegem muitas vezes são os responsáveis pelo fornecimento de armas aos bandidos,

que detêm um verdadeiro arsenal militar. E esse arsenal não sairá das ruas tão cedo.

Hoje, tenho ao meu lado a dúvida que impede o bandido de invadir a minha casa, com medo de ser recebido na mesma moeda.

Estatísticas mostram que os países que mais têm armas por domicílio tem um índice de homicídios muito menor que o nosso.

Termino com seis razões para dizer não no dia 23 de outubro, retirados do site www.votonao.com.br:

Razões para votar NÃO no referendo:

- Infelizmente, a proibição da venda legal de armas não vai desarmar os bandidos. Nem vai acabar com a violência e a falta de segurança.

- Estão vendendo a idéia de que o referendo é sobre o desarmamento, e não sobre a proibição da venda legal de armas. Isso não é verdade.

- Proibir a venda legal de armas pode aumentar ainda mais o contrabando de

armas e munições, e criar mais espaço para a ação dos bandidos.

- Estão querendo desarmar o cidadão de bem, proibindo a venda legal de armas. Pois o bandido não compra armas legalmente.

- Estão querendo tirar um direito que o cidadão de bem já tem. E que pode ou não usar: o de comprar armas legalmente.

- É importante saber que o porte de arma (andar armado) está proibido (desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003), e a posse de arma já está regulamentada. Não é nada simples comprar legalmente uma arma. É preciso apresentar mais de cinco certidões, exame psicotécnico etc. Diga NÃO.

Ricardo de Castro é funcionário do LAEL



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Programa de Demissão Voluntária já tem minuta

Ainda na reunião com a AFA-PUC, em 4/10, a Reitoria apresentou aos funcionários uma minuta do Programa de Demissão Voluntária (PDV) que vai implantar na universidade. Inicialmente, o plano será voltado somente aos funcionários, mas a idéia é estendê-lo aos professores num futuro próximo.

O plano prevê a demissão de funcionários pelo critério de ausência de justa causa (ou seja, o funcionário receberia todos os valores referentes à multa de Fundo de Garantia, Aviso-Prévio e 13º salário), mais um bônus que varia de um a três salários brutos, dependendo do tempo de trabalho (veja íntegra da proposta ao lado).

A diretoria da AFAPUC levantou algumas preocupações de funcionários que já manifestaram desejo de ingressar no plano, como o caso dos chamados não-optantes (que não optaram pelo Fundo de Garantia à época da sua introdução). Esses funcionários têm direito a uma indenização maior, já que alguns anos de seus contratos não são cobertos pelos depósitos do FGTS. O vice-reitor administrativo, Flávio Saraiva, disse que todas as solicitações serão estudadas individualmente, podendo-se, casos os valores sejam altos, optar por parcelamentos.

A diretoria da AFAPUC apresentou a minuta do PDV aos funcionários na assembleia de 5/10. Nenhuma posição foi tomada (contra ao favor), considerando-se a adesão ao plano como opção individual de cada trabalhador. Entretanto, a partir de cálculos efetuados pela diretoria, pode-se ver que o plano não é vantajoso para funcionários já aposentados.

Pelas condições garantidas no Acordo Interno de Trabalho, os trabalhadores nessa situação recebem, ao deixar a PUC, seis anos de seguro de vida e seguro-saúde, contra apenas seis meses no PDV. Além disso, ao longo desses seis anos, as quantias pagas pela universidade seriam superiores às oferecidas pela demissão voluntária.

Discussão com os setores

A diretoria da AFAPUC vai visitar os diversos setores da universidade para conversar com os funcionários sobre a reforma administrati-

va. A intenção é realizar, dentro de alguns dias, uma nova assembleia, onde os funcionários discutiriam formas de luta para barrar as ameaças que pairam sobre a categoria.

A Reitoria, a pedido da AFA-PUC, agendou uma reunião com os funcionários da Gráfica para esta semana. Os trabalhadores pretendem levar aos gestores a real situação da do setor, que, segundo eles, não dá prejuízo – ao contrário do que foi exposto pela Reitoria nos conselhos superiores. O professor Flávio também anunciou para dentro de dez dias a conclusão dos estudos sobre o funcionamento da Divisão de Serviços Administrativos e Serviços (DSAS).

Conheça o projeto do PDV

Abaixo, reproduzimos o texto apresentado pela Reitoria para o Programa de Demissão Voluntária (PDV), voltado inicialmente aos funcionários:

1. É preciso ter mais de dois anos de efetivo exercício profissional na instituição;
2. O PDV fica aberto a todos os(as) funcionários(as) da Fundação SP e da Fundação Cultural;
3. O critério será o de dispensa sem justa causa, com todos os direitos trabalhistas;
4. Manutenção da bolsa de estudos ao funcionário e um dependente de 1.º grau, até o final do curso, desde que já esteja regularmente matriculado até a data de abertura do PDV (não serão aceitas solicitações de alunos com matrícula trancada). A manutenção do benefício estará vinculada ao desempenho acadêmico. O bolsista que for reprovado em duas disciplinas no ano letivo perderá o direito à bolsa de estudos;
5. Cartão-Alimentação durante seis meses;
6. Manutenção do seguro de vida em grupo durante seis meses;

7. Manutenção do Plano de Assistência Médica por seis meses (com exceção de agregados), com subsídio total da FSP;

8. Bônus não-cumulativos de um salário bruto para funcionários com até cinco anos de casa, dois salários brutos para funcionários com até dez anos de casa, três salários brutos para os funcionários com mais de dez anos de universidade;

9. As inscrições no PDV deverão ocorrer através da DRH, em formulário on-line disponível no site da PUC-SP ou em formulário disponível na DRH (*a intenção da Reitoria é deixar as inscrições abertas durante um mês*);

10. Todas as inscrições no PDV serão protegidas pelo princípio da confidencialidade;

11. Os candidatos que preencherem os requisitos apontados terão sua proposta analisada por uma comissão composta por membros da DRH e representantes indicados pela Reitoria. A comissão avaliará a possibilidade de atender a solicitação e as indenizações serão pagas em até três vezes.

Rola na rampa

Saiba mais sobre o Plano Diretor da PUC

As reformas no espaço físico do câmpus Monte Alegre serão tema de uma reunião extraordinária do Conselho Comunitário (Cecom) nesta terça-feira, 11/10. A atual Reitoria resolveu retomar o Plano Diretor aprovado por aclamação no Conselho Universitário (Consun) em abril de 2002, ainda na gestão do professor Antonio Carlos Ronca. O projeto original previa a construção de três novos edifícios na área que hoje é ocupada pelo Cingapura e pelo Palace II, como são chamados os prédios da Comfil.

Segundo o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva, as atuais construções são irregulares, e rendem à PUC muitas periódicas da Prefeitura. Ainda de acordo com o Plano Diretor aprovado há três anos, os novos prédios teriam seis andares cada, com dois sub-solos de estacionamento, totalizando 69 novas salas de aula. Á época, o professor Ronca calculou que o espaço era suficiente para 2.800 alunos por turno. A Reitoria de Maura ainda não divulgou se pretende colocar em prática todo o projeto.

Atléticas e PAC viabilizam centro esportivo

As atléticas da PUC (Comunicação, FEA, Direito e RI), em parceria com o Programa de Atendimento Comunitário, deram um grande passo para a consolidação da prática esportiva dos alunos da universidade. O fato de a PUC não oferecer nenhum incentivo a seus atletas era queixa recorrente entre os estudantes participam das diversas competições entre universidades. Agora, os esportistas podem treinar no Clube de Regatas Tietê, a um custo de R\$ 10 mensais. O benefício é estendido a todos alunos da universidade, que, pelo mesmo preço, e sem precisar pagar um título, podem frequentar o clube, além de outros três locais fora de São Paulo que fazem parte da Rede Instância Brasil. Mais informações com as atléticas, no PAC, ou com os promotores da Rede, em quiosques no térreo do Prédio Novo e na Comfil.

Seminários nacionais de línguas na PUC

Durante esta semana, ocorrem na PUC o 19.º Seminário Nacional de Inglês Instrumental e o 7.º Seminário Nacional de Línguas Instrumentais. Palestrantes de todo o país e convidados estrangeiros renomados participarão de debates, oficinas, sessões de pôsteres e de comunicação coordenada. O evento é voltado para quem está envolvido com o ensino de Português e de línguas estrangeiras, e será uma oportunidade de intercâmbio de vivências e de pesquisas, aplicáveis a vários contextos, para pesquisadores e professores de todo o país. Organizam o evento as professoras Maria Antonieta Alba Celani, Rosinda de Castro Guerra Ramos e Maximina Maria Freire, com apoio da Capes, da Fapesp, do Conselho Britânico e de diversos setores da PUC-SP. Inscrições e mais informações no site: <http://lael.pucsp.br/seminario>, ou no Lael: 3864-4409.

Exposições no Tucarena e no Museu da Cultura

A exposição inspirada na peça *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, continua no saguão do Tucarena até 15/10. No Museu da Cultura, ainda dá para visitar a mostra sobre Maurício Tragtenberg, que continua até 19/10. Nesta data, um debate encerra um ciclo de discussões sobre o pensador, promovido pelo Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do pós em Ciências Sociais). Estarão presentes Evaldo Amaro Vieira, José Carlos Morel e Antonio Carlos Valverde, da PUC, Lucia Bruno, da USP, e José Maria Carvalho Ferreira, da Universidade Técnica de Lisboa.

Chapa para conselhos desiste na última hora

Poucos alunos do Centro de Ciências Humanas votaram para escolher representantes nos conselhos superiores (Consun, Cepe, CAF e Cecom). Uma das chapas da disputa (ME Organizando para Desorganizar) desistiu no dia em que as votações começaram, alegando que não foi possível formar um grupo político coeso. A chapa já havia faltado ao debate marcado para a manhã de terça-feira, 4/10. À noite, o debate foi cancelado por falta de público. As votações terminaram na noite da sexta, 7/10, logo após o fechamento desta edição. Mais informações no próximo PUCviva.

Semana Acadêmica começa na próxima segunda-feira

A segunda Semana Acadêmica da PUC-SP vai unir as semanas de vários cursos da universidade, como Jornalismo e Multimeios. O evento começa na segunda, 17/10, e estende-se até a

sexta. A programação final deve ser divulgada nesta semana. Já está confirmada a data do 15.º Encontro de Iniciação Científica (19/10). Mais informações na próxima edição do PUCviva.